



Assembleia da República
Gabinete do Presidente



N.º de Entrada **365906**

Classificação

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

05/07/2010

Data

REQUERIMENTO **10/07/10** Número **4383** /XI (**1** .ª)

PERGUNTA Número **4383** /XI (**1** .ª)

Expeça-se
Publique-se
16/07/2010
O Secretário da Mesa

Assuntò: Demissão do vogal executivo da Comissão Permanente de Contrapartidas

Destinatário: Ministério da Defesa Nacional

*Por determinação do S.S. XCP/AR, a
Eza. Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

10.07.10
[Handwritten signature]

Um dos dois vogais executivos da Comissão Permanente de Contrapartidas (CPC), Antonio Nogueira da Silva, demitiu-se na semana passada, na sequência do seu desacordo com os termos da renegociação do contrato de contrapartidas com os espanhóis da EADS-CASA devidas pela venda dos aviões C-295.

António Nogueira da Silva é o mais antigo elemento do órgão responsável pela gestão e acompanhamento da execução dos contratos de contrapartidas das aquisições de equipamentos de defesa, tendo ocupado, desde 1999, cargos executivos e não executivos, em representação do IAPMEI e do ICEP. Neste último mandato esteve a representar o ministro da Economia.

A renegociação do acordo celebrado com a empresa de defesa espanhola - a EADS-CASA - resultou num pré-acordo, que foi elogiado pelo Presidente da CPC.

Mas, segundo notícias recentes, este acordo, dá condições mais favoráveis aos fornecedores espanhóis dos aviões vendidos à Força Aérea, já que estes viram prolongado o período do contrato de contrapartidas em mais sete anos, têm uma garantia bancária reduzida em 10 por cento, e já não têm de cooperar com a indústria portuguesa e não são penalizados pelos anos de incumprimento.

Uma das críticas de Nogueira da Silva, à renegociação deste contrato é o abandono do acordo de cooperação com a indústria portuguesa que visava envolvê-la em fases de desenvolvimento de produto para ganhar maior conteúdo tecnológico.

Não sendo publicamente conhecidos os termos da renegociação deste contrato, o Bloco de Esquerda defende que a demissão deste responsável adensa ainda mais as interrogações sobre o mesmo.

Assim, o Bloco de Esquerda considera que se justifica que sejam conhecidos publicamente os termos

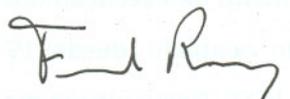
da renegociação do contrato de contrapartidas, com os espanhóis da EADS-CASA devidas pela venda dos aviões C-295, para que se possa avaliar se os interesses nacionais estão a ser devidamente acautelados, neste processo.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita com a maior urgência, ao Ministério da Defesa Nacional, os seguintes esclarecimentos:

1. Teve o Ministério da Defesa conhecimento oficial da demissão de Antonio Nogueira da Silva da CPC?
2. Teve o Ministério da Defesa conhecimento dos motivos concretos, relacionados com a presente renegociação, apresentados por este responsável, que possam ter estado na origem da sua demissão?
3. Estará o Ministério disponível para divulgar os termos da renegociação do contrato de contrapartidas com os espanhóis da EADS-CASA devidas pela venda dos aviões C-295?

Palácio de São Bento, 14 de Julho de 2010.

O Deputado



Fernando Rosas